



Contrato nº 05/2023

Dispensa Presencial nº103/2023

Processo administrativo virtual e-DOC nº 102/2023-COMP.CON.DIRETA-JUCESE

Contrato de prestação de serviços para aquisição de licença de uso de software de sistema informado, para elaboração de folha de pagamento de Jetons (Colegiado de Vogais), bem como das obrigações acessórias delas decorrentes, celebrado entre a Junta Comercial do Estado de Sergipe e Agsistemas Comércio de Informática LTDA.

A **Junta Comercial do Estado de Sergipe**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial, devidamente inscrita do CNPJ 16.460.909/0001-62, localizada à rua Propriá, nº 315, bairro Centro, CEP 19.010-020, Aracaju/SE, representada por **Genisson Cruz da Silva**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG [REDACTED]76 SSP/SE, inscrito no CPF 126.[REDACTED]-15, residente domiciliado à rua Barão do Rio Branco, S/N, bairro Centro, CEP 49770-000, Aracaju/SE, neste ato como **Contratante**, junto à empresa **AGsistemas Comércio de Informática LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 04.497.198/0001-11, localizada à rua São Cristóvão, nº 1514, bairro Getúlio Vargas, CEP 49.055-620, Aracaju/SE, neste ato representada por **Joélio Rocha**, brasileiro, em união estável, comerciante, portador do RG [REDACTED]554 SSP/SE, inscrito no CPF 893.[REDACTED]-15, residente domiciliado à rua Delmiro Gouveia, nº 969, bairro Coroa do Meio, CEP 49035-810, Aracaju/SE, firmam o presente termo de contrato, nos limites da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além da legislação Estadual aplicável, de acordo com as seguintes cláusulas:

Cláusula primeira - Do objeto (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente instrumento tem por objeto a Contratação do serviço de **locação de licença de uso de software**, para **elaboração de folha de pagamento e gestão de recursos humanos**, bem como consequentes obrigações acessórias mensais e anuais, delas



decorrentes para atendimento das necessidades da Junta Comercial do Estado de Sergipe, em conformidade e atenção ao respectivo Termo de Referência, independente de transcrição, além da disponibilização dos seguintes itens mínimos:

- Disponibilização de software com capacidade para elaboração de folha de pagamento de conselheiros (Vogais);
- Envio de obrigações acessórias mensais, tais como GFIP, E-social, CAGED, entre outras;
- Envio de obrigações acessórias anuais, tais como DIRF, RAIS, entre outras;
- Elaboração de ficha financeira;
- Elaboração de contracheques;
- Manutenção e atualização periódica do software;
- Suporte técnico em horário comercial;
- Treinamento para usuários da Contratante;
- Disponibilização de acesso remoto a consulta de folha de pagamento/contracheque/ficha financeira/comprovante de rendimentos pelos servidores contemplados na folha da Autarquia.

Cláusula segunda – Do regime de execução e dos prazos de início de etapas de execução (art. 55, inciso II e IV, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão prestados nas datas e horários definidos na Ordem de Serviço, nas condições ali estipuladas, bem como, supletivamente, na proposta de preços.

§ 1º - O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 73 incisos I e II, «a» e "".

§ 2º - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.



Cláusula terceira - Do preço, das condições de pagamento (art. 55, inciso III, da lei nº 8.666/93).

O valor global do contrato é de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais). A contratante somente pagará à contratada pela efetiva execução dos serviços ou entrega do produto, após liquidação da obrigação.

§ 1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Junta Comercial do Estado de Sergipe - JUCESE, o qual será depositado em conformidade com os dados bancários entregues à Contratante antes da assinatura do Contrato.

§ 2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e perante o FGTS - CRF.

§ 3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

§ 4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 5º - Os preços serão fixos e irreajustáveis.

§ 6º - Garante-se ao Contratado o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. nos termos do art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo.

§ 7º - Nos casos em que houver possibilidade de prorrogação do contrato, a Administração poderá repactuar com o contratante, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas.



§ 8º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE

Cláusula quarta - Da vigência (art. 55, inciso IV, da lei nº 8.666/93).

O prazo da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

Cláusula quinta – Da dotação orçamentária (art. 55, inciso V, da lei n.º 8.666/93).

Unidade Orçamentária	Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
192011	04.122.0039	189	33.90.40	1753

Cláusula sexta - Da garantia contratual (art. 55, inciso VI, da lei n.º 8.666/93).

Fica dispensada a garantia contratual, nos termos do caput, do art. 56, da Lei 8.666/93.

Cláusula sétima - Do direito e responsabilidade das partes (art. 55, inciso VII e XIII, da lei nº 8.666/93).

A **Contratada**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a executar o serviço, objeto deste Contrato, em estrito acordo com as disposições da Ordem de Serviço e discriminação da proposta e, ainda, conforme as responsabilidades dispostas a seguir:

- Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Junta Comercial do Estado de Sergipe ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;
- Cumprir as normas e obrigações impostas pela legislação trabalhista, bem como pelas firmadas nas convenções coletivas de trabalho da categoria correspondente;



- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
- Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Junta Comercial do Estado de Sergipe - JUCESE, ou ao interesse do Serviço Público;
- Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;
- Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Junta Comercial do Estado de Sergipe - JUCESE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança e medicina do trabalho;
- Respeitar as normas previstas da LGPD – Lei nº 13.709/2018, alterada pela Lei nº 13.853/2019.

O **Contratante**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços;
- Acompanhar e fiscalizar, a execução dos serviços
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.

Cláusula oitava - Das penalidades e multas (art. 87, da lei federal nº 8.666/93 c/c Decreto Estadual nº 24.912/07);

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **Contratada** as seguintes sanções:



1 - Advertência;

II - Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º O valor da multa aplicada, nos termos do inciso II, será cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento;

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto;

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.



Cláusula nona - Da rescisão (art. 55, inciso VIII, da lei n° 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais os contratos serão rescindidos por inexecução contratual fundamentado no art. 77 e seguintes da Lei n° 8.666/93.

§ 1° - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2° - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2° do artigo 79 da Lei n°. 8.666/93 e alterações.

Cláusula décima - Dos direitos do contratante no caso de rescisão (art. 55, inciso IX, da lei n° 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei n°. 8.666/93.

Cláusula décima primeira - Da legislação aplicável à execução do contrato e os casos omissos (art. 55, inciso XII, da lei n° 8.666/93)

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos que constam simultaneamente:

a) no Processo Administrativo n° 102/2023-COMP.CON.DIRETA-JUCESE

b) não contrarie o interesse público;

II - mas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei n° 10.520/02, Decretos Estaduais n° 26.531/09 e n°26.533/09.



III - nos preceitos do Direito Público:

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

Cláusula décima segunda - Da publicação.

O Contratante publicará, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente Contrato no prazo de 05 (cinco) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Cláusula décima terceira - Das alterações (art. 65, lei n° 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.

§ 1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

Cláusula décima quarta - Do acompanhamento e da fiscalização (art. 67, lei n° 8.666/93).

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelo Sr. Paulo Costa Andrade (CPF 366.515.085-04), neste ato denominado como fiscal da execução, devidamente credenciado pela autoridade competente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência ao credenciante (art. 67 da Lei n° 8.666/93).



A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **Contratante** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93)

Cláusula décima quinta - Do foro

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

Documento datado e assinado digitalmente

GENISSON CRUZ DA SILVA: [REDACTED] Assinado de forma digital por GENISSON CRUZ DA SILVA: [REDACTED] Dados: 2023.06.06 10:58:05 -03'00'

Genisson Cruz da Silva

Presidente em Exercício

Junta Comercial do Estado de Sergipe

JOELIO

ROCHA: [REDACTED] Assinado de forma digital por JOELIO ROCHA: [REDACTED] Dados: 2023.06.07

[REDACTED] Representante do Contratada
AGsistemas Comércio de Informática LTDA

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: QJLZ-WMHW-UMQH-S6VU



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/06/2023 é(são) :

- GENISSON CRUZ DA SILVA - 06/06/2023 10:58:05
- JOELIO ROCHA - 07/06/2023 10:04:23